

A Falência do Estado

JORNAL DO BRASIL

15 FEV 1993

Quando as empresas pedem concordata ou abrem falência, os advogados e administradores costumam culpar as altas taxas de juros e bruscas mudanças na conjuntura. Raramente é feita a auto-crítica sobre a participação de erros de estratégia ou da má administração na crise financeira.

Embora países não cheguem à falência como as empresas, a situação crítica do Estado brasileiro não é novidade para a sociedade. As taxas recordes de inflação, que resiste aos mais variados choques e terapias aplicados nos últimos dez anos, funcionam como se fossem balanços mensais dessa situação falimentar.

Síndico da massa falida em que se transformou o Estado brasileiro, o presidente Itamar Franco fez contundente autocrítica sobre a responsabilidade do Estado no agravamento do quadro econômico e social do país, ao debater com o presidente do PT um plano de ação social para o combate à miséria: "O Estado está desorganizado e desaparelhado. Várias entidades que atuavam no setor estão paralisadas e teremos um trabalho grande para retomá-las", comentou o presidente da República.

A situação falimentar do setor público brasileiro descrita pelo presidente Itamar Franco não decorre apenas dos pesadíssimos compromissos financeiros do Estado. Ele é resultado do acúmulo de desmandos e da incúria administrativa dos gestores dos dinheiros públicos no país, sob a cumplicidade dos políticos em geral que, em vez de atuar em defesa do contribuinte, fiscalizando o cumprimento dos orçamentos e acompanhando de perto os gastos da máquina burocrática, se empenham em comprometer logo o orçamento median-te o mais deslavado clientelismo.

Apesar dos três choques econômicos, a hiperinflação latente ao final do governo Sarney atestava a falência do Estado, que não conseguia ser eficiente como empresário nem como administrador da transferência do dinheiro dos impostos para programas na área social.

O candidato Fernando Collor se elegeu com a promessa da austeridade e moralidade administrativa, e da redefinição do papel do Estado, compensando sua menor presença na economia pelo resgate das ações sociais do governo. As causas do fracasso das duas primeiras promessas ficaram conhecidas no processo de *impeachment*, mas os motivos do descalabro administrativo do Estado ainda não.

O que se sabe, pelas denúncias do próprio presidente Itamar Franco — que mandou fechar a Central de Medicamentos e os hospitais do Inamps — é que essas duas unidades do governo federal haviam se transformado em cabides de emprego e em péssimos exemplos de corrupção e ineficiência administrativa. Em grande parte, a piora é consequência da desastrosa reforma administrativa do ex-ministro João Santana.

Mas a origem vem de longe e pede providências drásticas para reverter o quadro desolador. A mudança da sede do governo para Brasília, em 1960, iniciou deterioração do serviço público no Brasil. Salvo exceções, os melhores quadros se recusaram a mudar para a nova capital. O mérito e a competência foram substituídos pela vantagem salarial e o apartamento funcional na formação da burocracia federal em Brasília.

Sob o autoritarismo, piorou a qualidade do quadro burocrático em Brasília, engordado por indicações de parentes e apadrinhados políticos dos congressistas que serviam aos governos militares. As prestigiadas empresas estatais criaram uma nova *nomenklatura*, com vantagens e faixas salariais superiores à remuneração do presidente da República, que as controla em nome da União, e deveria servir de teto aos empregados do Estado.

Ao adotar o princípio da isonomia salarial para o funcionalismo público, a Constituinte nivelou os salários pelo alto, eliminando o mérito no serviço público. Desde então, amparados por uma estabilidade de fato, os empregados das estatais e órgãos públicos só reivindicam salários, com o auxílio corriqueiro de greves que infernizam a vida do contribuinte, sem expor os grevistas ao risco da demissão.

Quando visitou a Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília, a ministra Luiza Erundina se irritou ao verificar que os seus funcionários só tinham reivindicações salariais e nenhuma contribuição para melhorar a eficiência do inchado quadro do funcionalismo público. Sem a purificação da máquina burocrática do Estado brasileiro será impossível levar a bom termo programas compensatórios na área social, como o projeto de combate à fome e à miséria. A indicação do sociólogo Herbert de Souza para coordenar o combate à miséria é uma oportunidade para as entidades não-governamentais assumirem o papel que o Estado não soube fazer.